



Eixo temático: Direitos sociais e ações afirmativas.

ECONOMIA, POLÍTICA E POPULAÇÃO: UMA RELAÇÃO NECESSÁRIA PARA GARANTIR DIREITOS SOCIAIS

João Vítor Souza Tavares¹ e Eloy Lago²

INTRODUÇÃO

A sociedade é formada por diversas circunstâncias que se complementam, relacionam, ou produzem conflitos, interinfluenciando continuamente. Analisando, especificamente, a interação entre determinados fatores circunstanciais como os econômicos, sociais e políticos, é possível perceber as interferências no contexto contemporâneo brasileiro, promovendo ou não, o desenvolvimento e bem-estar da população. Nesse viés, quando ocorre uma relação equilibrada entre os três campos, sem sobreposições, torna-se possível o desenvolvimento da sociedade, ao incentivar a geração e distribuição de riquezas, colocando o aparelho estatal na condição de solucionar problemas internos e estimular a formação de um povo participativo e comprometido com os seus direitos. Por consequência, os direitos sociais, tais como trabalho, saúde, educação, entre outros, passam da condição de apenas formais, para efetivamente materiais, garantindo acesso aos seus benefícios de forma equitativa.

OBJETIVO

O objetivo geral deste texto é demonstrar que a garantia dos direitos sociais está diretamente ligada à condição de uma relação equilibrada entre os fatores econômicos, sociais e políticos, na totalidade da sociedade brasileira contemporânea. Busca-se como objetivos específicos apresentar de forma clara a participação desses fatores como existente e necessária, sendo ela benéfica caso o relacionamento seja praticado entre o equilíbrio deles, porque os direitos sociais são resultados justamente dessa prática equitativa, comprovando a ligação entre

¹ Discente do curso de Direito pela UNIRIOS, e-mail: 251.16.005@uniriosead.com.

² Mestre em Direito pela UFBA, docente da UNIRIOS e UNEB, e-mail: eloy.nascimento@uniriosead.com.



eles e esses fatores, além da necessidade de uma constante participação sócio-política para a materialização desses direitos, tendo como consequência desse processo as ações afirmativas, as quais são definidas como atos de reparação a grupos discriminados socialmente.

METODOLOGIA

A metodologia empregada foi o estudo bibliográfico a partir de análises dos diferentes fatos históricos, buscando uma visão crítica da sociedade brasileira e das teorias de pensadores eminentes no cenário das ciências sociais do Brasil. Para isso, foi usado o método descritivo qualitativo das obras consultadas, a fim de alcançar uma visão mais esclarecida sobre a atual conjuntura social brasileira em seus limites e avanços.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Brasil, nos seus moldes democráticos, pode ser concebido como algo recente, considerando o processo de redemocratização, ocorrido na década de 1980, vinculado a movimentos como o das “Diretas já”. Nessa época, o país passava pela sua terceira crise econômica aguda, que durou de 1981 até 1992 (BRUM, 2001), período no qual o desenvolvimento foi pouco ou nulo, devido à estagnação na geração de riqueza, recessão, dívida externa elevada, perfil de desigualdade na distribuição dos resultados produtivos e no desenvolvimento, tanto entre regiões como nas classes sociais, bem como nas limitações de políticas públicas eficientes. Ressalta-se que essa crise não foi só no âmbito econômico, mas também na esfera social, política, moral, ética e psicológica (BRUM, 2001). Dessa forma, percebe-se a relação existente entre os fatores econômicos, sociais e políticos, dado que esse momento foi crucial para moldar a percepção pessimista de que o Brasil não teria solução (BRUM, 2001). Nessa perspectiva, o caminho não seria mais a busca por ações afirmativas garantindo poder político efetivo às classes marginalizadas, partindo da mentalidade de que tudo o que fizer dará errado e por isso demonstra um desequilíbrio na relação entre economia, população e política para o desenvolvimento da sociedade.

Para Ribeiro (1998), foi disseminada uma visão de cenário político sendo sujo e dominado pelo mau-caratismo. Consequentemente, diminuindo a credibilidade que a política



tem de solucionar os problemas sociais, fazendo “pessoas boas” não terem interesse nela, dando espaço às “pessoas ruins” com suas más intenções (RIBEIRO, 1998, p. 16). Com isso, afirma-se que, para haver a garantia de direitos sociais, como saúde, educação e trabalho, é preciso uma constante inserção popular na política e em seus trâmites. Pois, uma sociedade se desenvolve em determinado território, gerando divisão do trabalho, acumulação de riquezas e conflitos para obtenção e manutenção do poder, levando a uma institucionalização da relação governante e governado, a qual será perpetuada por um aparato de manutenção dessa ordem social na figura de um Estado (RIBEIRO, 1998). Dito isso, o autor revela como os aspectos socioeconômicos, mesmo que primitivos, trazem conflitos e estes são solucionados pelo confronto dos interesses, vencendo aqueles que detêm mais instrumentos para impor sua vontade, a partir das instituições estatais. E nessas condições, as camadas subalternas sempre estarão em desvantagem.

Numa perspectiva liberal a participação econômica estatal deve ser coordenada, ordenatória e supletiva na economia, pois evita os abusos autoritários e a apatia em relação às pessoas menos favorecidas pelo modelo econômico (GASTALDI, 2005). Ou seja, essa mentalidade incentiva a ação privada, mas de forma a cumprir com os interesses coletivos numa rede equitativa, sem negligenciar a necessidade de o Estado estar presente para a garantia de direitos. Neste modelo, o Estado passa a intervir para suprir demandas como as de infraestrutura, elaborando reformas político-institucionais, econômicas e sociais (GASTALDI, 2005). Logo, a relação igualitária entre economia, população e política se faz presente nesse pensamento, sendo fator crucial para afirmar o interesse coletivo de bem-estar e desenvolvimento. Por isso, a iniciativa privada possui papel fundamental para o desenvolvimento socioeconômico ao fazer o interesse particular estar em conjuntura com a coletividade, e não exclusivamente aos objetivos privados, além de uma abordagem eficiente que democratize os ganhos ao invés dos prejuízos, fugindo do paternalismo governamental no quesito de privilégio e favorecimento (GASTALDI, 2005).

Numa análise, percebe-se como é necessário um olhar crítico da economia com foco na coletividade para além de visões apenas liberais, mesmo reconhecendo suas contribuições, a fim de garantir uma conjuntura social capaz de atender à necessidade coletiva enquanto favorece a geração e distribuição de recursos para ações afirmativas, tais como fazendo com que o enfoque político seja voltado à garantia de direitos, e não exclusivamente ao lucro



XCONINFA

CONGRESSO INTERDISCIPLINAR DO UNIRIOS

TECNOLOGIA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL:
INOVAÇÃO E A TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE



unirios.edu.br/coninfa

privado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, como visto pelo debate, a análise da interação entre os fatores econômicos, sociais e políticos são a base para entender o Brasil e sua sociedade. Quando inseridos em uma relação igualitária, eles geram uma vivência benéfica em sociedade, capaz de garantir direitos sociais e ações afirmativas, ao propiciar investimento na infraestrutura por haver uma distribuição das riquezas pelo Estado a projetos políticos voltados aos interesses coletivos da população voltados às condições básicas de emprego, saúde, educação, a inserção social ativa e outros. Caso contrário, surge a crise, o sentimento pessimista e tão somente a repartição de prejuízos. Portanto, entende-se a participação popular sendo de extrema necessidade e urgência, no sentido de fiscalizar e cobrar os seus representantes eleitos a agirem ativamente com o objetivo sendo o bem-estar coletivo, pois é esse o caminho mais prático e efetivo para alcançar convivência capaz de coordenar, ordenar e suprir toda a sociedade brasileira nos seus verdadeiros interesses coletivos, por estarem inseridos no contexto contemporâneo, fazendo assim a consolidação material dos direitos sociais. Ressalta-se, que as ações afirmativas surgem como consequência benéfica de todo esse processo ao serem influenciadas pela participação popular ativa, garantida por esses direitos sociais, e seus resultados sendo eficazes no Brasil contemporâneo perante suas mazelas atuais.

PALAVRAS-CHAVE

Economia, política e sociedade. Benefícios coletivos. Garantia de direitos sociais.

REFERÊNCIAS

BRUM, Argemiro Jacob. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, Ijuí: Unijuí, 2001. p. 419-425.

GASTALDI, José Petrelli. **Elementos de economia política**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 433-441.

RIBEIRO, João Ubaldo. **Política: Quem manda, porque manda e como manda**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira S.A, 1998. p. 12-27.